



Estrutura de Segurança

Escolar Abrangente 2022-2030

para os Direitos das Crianças e a Resiliência no Sector de Educação



Global Alliance for
Disaster Risk Reduction & Resilience
in the Education Sector

@ GADRRRES (2023)

Estrutura de Segurança Escolar Abrangente 2022-2030.

gadrres.net

gadrres@gmail.com

cc.preventionweb.net/scss

facebook.com/GADRRRES/

twitter.com/GADRRRES

youtube.com/channel/UCaqw1ApjLwAc_nHzNkmrkrQ

Foto da capa: © UNICEF/UN0208033/Dejongh



© UNICEF/UNI309811/Dejongh

Estrutura de Segurança Escolar Abrangente 2022-2030 para os Direitos das Crianças e a Resiliência no Sector de Educação

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) 2022-2030 apoia os decisores políticos do sector de educação, os responsáveis pelo planeamento, os gestores escolares e os seus parceiros na promoção dos direitos das crianças, da sustentabilidade e da resiliência no sector da educação. A estrutura fornece uma abordagem abrangente de todos os tipos de ameaça e risco à resiliência e à segurança contra todos que afectam as populações, os sistemas e os programas do sector de educação e protecção da criança. Apoia estratégias de acesso, qualidade e gestão no sector de educação.

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) foi revista tendo em conta as crescentes evidências sobre a aceleração da crise climática a nível mundial e outros riscos emergentes (por exemplo, a COVID-19, novas dinâmicas de conflito) que afectam a educação a nível mundial (*Ver Anexo 1. Contexto*). Uma maior consciencialização e compreensão destes riscos e da sua interligação já sofreram transformações significativas nos processos de planeamento e na alocação de recursos no sector de educação, algo que a Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) procura reflectir.

As consultas globais para esta revisão foram lideradas pela Aliança Global para Redução do Risco de Desastres e Resiliência no Sector da Educação (GADRRRES) e pelos seus afiliados regionais na Ásia-Pacífico e na América Latina e Caraíbas.

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF), inicialmente elaborada em 2012, foi previamente revista em 2016 para se alinhar com as três agendas de trabalho “pós-2015” (Agenda 2030, o Acordo de Paris e Quadro de Sendai), com o apoio da GADRRRES e dos mais de 60 países que subscreveram a *Iniciativa Mundial para Escolas Seguras (WISS)* entre 2015 e 2017.¹

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) destaca que a redução do risco e o reforço de resiliência requerem uma abordagem abrangente que englobe uma abordagem de “toda a sociedade” e de “todas as ameaças” (*Ver Anexo 3. Modelos práticos de acção e Anexo 4. Todos os tipos de ameaça e risco*). A investigação e a experiência recordam-nos o enorme valor da participação das crianças e dos jovens em todos os aspectos do planeamento para o futuro.² Esta participação é conhecida como a forma mais adaptada para identificar e abordar de forma sustentável as barreiras que podem interferir com o acesso equitativo das crianças a uma educação segura, contínua e de qualidade. Os responsáveis pelo sector de educação continuam a enfrentar os efeitos combinados de várias ameaças, incluindo ameaças naturais e tecnológicas, mudanças climáticas, epidemias e pandemias (como a COVID-19), violência, conflitos e ameaças do quotidiano. Estas ameaças terão um impacto permanente no desenvolvimento das crianças e sociedades. Estes impactos fazem-se sentir de forma diferente em função do género, da deficiência e das desigualdades sociais. Temos de agir, já.



© GADRRRES

Ligações aos principais quadros globais

A segurança escolar é fundamental para promoção dos objectivos de desenvolvimento sustentável, redução do risco de desastres e resiliência, acção climática, prevenção de violência e conflitos e resposta humanitária. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) alinha-se com:

- [Convenção sobre os Direitos da Criança 1989](#)³
- [Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015–2030](#)⁴ (Ver Anexo 5. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável)
- [Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 - 2030](#)⁵ (Ver Anexo 6. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 - 2030)
- [O Acordo de Paris](#)⁶
- [Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2030](#)⁷
- [INSPIRE - sete estratégias para acabar com a violência contra as crianças](#)⁸
- [Declaração de Escolas Seguras](#)⁹ (sobre a proteção da educação em conflitos armados)
- [Requisitos Mínimos para a Educação da Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência \(INEE\): Preparação, resposta, recuperação](#)¹⁰
- [Compromissos fundamentais para as crianças na acção humanitária](#)¹¹
- [Requisitos Mínimos para a Proteção das Crianças na Acção de Ajuda Humanitária](#)¹²
- [Quadro de gestão do risco de desastre e de emergência sanitária](#)¹³
- [Recomendação relativa à educação para a compreensão, cooperação e paz internacional](#)¹⁴

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) 2022-2030 tem como objectivo fornecer orientações estratégicas aos responsáveis e aos seus parceiros para promover o acesso seguro, equitativo e contínuo a uma educação de qualidade para todos.

Os objectivos da segurança escolar global

Os objectivos de uma segurança escolar abrangente consistem em adoptar uma abordagem participativa com base no conhecimento do risco para:

1. Proteger os alunos, os educadores e os funcionários contra a morte, as lesões, a violência e os danos nas escolas e noutros espaços de aprendizagem.
2. Planear a continuidade da educação e da protecção e limitar as perturbações da aprendizagem em caso de choques, situações de stress, perigos e ameaças de toda a espécie.
3. Promover os conhecimentos e as competências dos alunos e responsáveis, por forma a contribuir para a redução do risco, o reforço de resiliência e o desenvolvimento sustentável.

Resultados esperados

1. Verifica-se uma melhoria na segurança do ambiente escolar e ao longo do percurso para a escola, beneficiando todas as crianças¹⁵ e funcionários do sector de educação.
2. A resiliência do sistema educativo é reforçada face a todas as ameaças potenciais:
 - através do desenvolvimento de sistemas e políticas de apoio que incorporem princípios, prioridades, responsabilidades e acções mutuamente acordadas a todos os níveis;
 - uma vez que os investimentos no sector de educação estão a ser salvaguardados para garantir que as instalações escolares sejam mais seguras e sustentáveis do ponto de vista ecológico;¹⁶
 - visto que os processos de gestão da segurança escolar e de continuidade educativa estão actualmente em vigor;
 - promovendo a educação para a redução do risco e para a resiliência;
 - à medida que os professores tenham capacitação e as suas capacidades reforçadas tornem possível a realização da Segurança Escolar Abrangente (CSS) a nível escolar.
3. As barreiras educativas enfrentadas pelos alunos mais vulneráveis são identificadas e eliminadas, tendo em conta factores como a idade, o género, as deficiências, exclusão digital e social (incluindo a diversidade étnica, linguística e cultural intersectorial, bem como os migrantes e refugiados).
4. São reforçados a colaboração intersectorial e o triplo nexo (de ajuda humanitário, de desenvolvimento e de consolidação dapaz)¹⁷.

Estrutura

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) tem quatro componentes principais, incluindo uma base transversal e três pilares que se interseitam. Cada componente distingue-se por um determinado âmbito e conjuntos de actores, responsabilidades e estratégias.



Base:
Sistemas e políticas de apoio



Pilar 1:
Instituições de ensino mais seguras



Pilar 2:
Segurança escolar e gestão da continuidade educativa



Pilar 3:
Educação para a redução do risco e para a resiliência



A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente



- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) • Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres •
- O Acordo de Paris • Iniciativa *Safe to Learn* da EVAC • Declaração de Escolas Seguras •

Elaboração, contextualização e apoio técnico

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) 2022-2030 e os respectivos documentos de apoio visam melhorar a colaboração e o impacto colectivo dos responsáveis do governo, bem como dos actores de ajuda humanitária e de desenvolvimento envolvidos nos processos de planeamento relacionados com a educação.

A GADRRRES e os seus afiliados regionais continuarão a:

- apoiar a contextualização regional e sub-regional;
- realizar consultas globais para apoiar as actualizações das **Metas e Indicadores da Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF)**;
- fornecer orientações adicionais com exemplos para a contextualização, incluindo:
 - identificação de funções e responsabilidades específicas,
 - ligação a materiais de recursos técnicos de qualidade disponíveis para implementar as estratégias sugeridas para operacionalizar a estrutura,
 - estudos de casos e exemplos de boas práticas;
- fornecer apoio à investigação, aprendizagem e gestão do conhecimento através do [site da GADRRRES](#) em cooperação com a PreventionWeb (gerida pelo Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR)).





BASE

Sistemas e políticas de apoio

Âmbito

A base da Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) centra-se no reforço da resiliência a nível do sistema. Isto inclui os sistemas e políticas que visam: proteger a segurança, a saúde e o bem-estar de toda a comunidade escolar; fornecer medidas eficazes de continuidade educativa; proteger os investimentos no sector de educação; e promover uma cultura de segurança e de resiliência. São utilizadas abordagens políticas e de planeamento com base no conhecimento do risco para melhorar a equidade, prevenir e reduzir os riscos e aumentar as capacidades.

Actores-chave

Principais responsáveis:

- Autoridades nacionais e subnacionais relativamente a educação, gestão de desastres, proteção da criança, ambiente, saúde e autoridades financeiras/orçamentais envolvidas na elaboração de políticas, no planeamento e na orçamentação.
- Prestadores de serviços educativos não governamentais que oferecem programas educativos ou gerem estabelecimentos de ensino.
- Doadores, mutuantes e contribuintes do sector privado que financiam a resposta humanitária e o desenvolvimento do sector de educação.

Outros actores importantes:

- Grupo Local de Educação (GLE), plataforma nacional de segurança escolar ou mecanismo de coordenação.
- Educadores, professores, Associação de Professores, Pais e Encarregados de Educação e outras organizações da sociedade civil que facilitam contributos participativos de crianças, jovens, pais e comunidades.
- Clusters de Educação em Situações de Emergência, Proteção da Criança e outros clusters de resposta humanitária, bem como mecanismos de coordenação.
- Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) e Organizações Governamentais Internacionais (OGIs) que se ocupam da segurança escolar.
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nacionais, incluindo mulheres, jovens, grupos de defesa dos direitos de pessoas com deficiência e grupos de jovens que se preocupam com a segurança escolar.
- Parceiros intersectoriais relativamente a redução do risco, proteção da criança, água, saneamento e higiene (ASH), saúde, saúde pública, nutrição, saúde mental, redução da pobreza, infraestruturas/obras públicas, uso da terra, planeamento urbano, tecnologia de informação e comunicação e proteção social.
- Investigadores na área da educação, do clima, da redução do risco de desastres, da proteção da criança, dos direitos das crianças, entre outros, que dão forma às práticas com base em evidências e geram evidências baseadas na prática, e apoiam um planeamento flexível baseado em previsões.

Principais responsabilidades

- **Assegurar** a adesão aos Princípios Orientadores (*Ver Anexo 2. Princípios orientadores*).
- Os principais responsáveis devem **liderar** em termos de estabelecimento de sistemas, políticas e planos de segurança escolar e continuidade educativa com base no conhecimento do risco, em colaboração directa com todas as partes interessadas relevantes, para alcançar os [Objectivos de Desenvolvimento Sustentável](#).
- **Garantir** a prestação de contas e criar confiança e segurança para capacitar os membros da comunidade escolar como agentes nos processos de governação e de tomada de decisões.
- **Rever** e melhorar os quadros políticos, os planos e a orientação operacional para permitir a gestão do risco (ou seja, redução, preparação, resposta, recuperação) e para enfrentar todos os tipos de perigo, a nível nacional, subnacional e local.
- **Fornecer** supervisão política e de planeamento e reforço do sistema com vista a enfrentar todos os tipos de ameaça e risco, para assegurar a resiliência e segurança escolar — a nível nacional, subnacional e local da comunidade escolar.
- **Implementar** avaliações de risco, centradas nas crianças, de todos os tipos de perigo, para garantir a segurança escolar a nível nacional, subnacional e local, assegurando que os aspectos de género e inclusão são levados em consideração.
- **Priorizar** o desenvolvimento de capacidades — com pontos focais designados e formados como líderes da segurança escolar a todos os níveis.
- **Promover** a inclusão e a equidade das populações marginalizadas, com o intuito de garantir o acesso a uma educação básica gratuita e de qualidade — abordando a questão do género, da deficiência e da inclusão social (por exemplo, diversidade interseccional, étnica, linguística e cultural, bem como migrantes e refugiados), além dos fossos digitais.
- **Ligar** os planos locais de melhoria e segurança escolar ao planeamento operacional do sector de educação nacional e subnacional para financiar e sustentar estes esforços.
- **Mobilizar** o financiamento e a alocação de recursos para garantir recursos financeiros e humanos adequados para permitir a concretização dos objectivos políticos.
- **Integrar** activamente a investigação e a aprendizagem, aplicando práticas com base em evidências para desenvolver capacidades e orientações, com o intuito de operacionalizar as políticas e melhorar os resultados.

Estratégias recomendadas

- **Realizar** avaliações de risco, centradas nas crianças, de todas as ameaças e desenvolver e actualizar uma *Análise ao Contexto da Segurança Escolar*¹⁸ para fornecer uma base de evidências partilhada para criar uma programação e um planeamento estratégico e colaborativo com base no conhecimento do risco.
- **Estabelecer** e manter a coordenação e a colaboração intersectoriais entre os vários intervenientes e para a segurança no sector de educação a todos os níveis formais e não formais.
- **Aumentar**, a nível de todo o sistema, o compromisso e a sensibilização para a segurança escolar em relação a crises (incluindo redução do risco de desastres e do clima, protecção da criança, prevenção de violência e conflitos, entre outros factores) para identificar prioridades e objectivos políticos.
- **Adoptar** metas e indicadores para orientar as prioridades estratégicas e desenvolver um plano de acção para a gestão do risco e para a segurança escolar. Considerar o impacto, a acessibilidade do ponto de vista económico e a viabilidade.
- **Comunicar**, envolver e capacitar os funcionários, os alunos, os pais e cuidadores e as comunidades locais em processos de planeamento e de tomada de decisões sensíveis ao género, centrados nas crianças e que contam com a participação destas últimas (incluindo monitorização e avaliação bem como mecanismos coordenados de comunicação).
- **Estabelecer**, liderar e manter um mecanismo nacional contínuo de coordenação da segurança escolar com vários intervenientes, para maximizar o impacto colectivo e o alinhamento intersectorial para a segurança escolar.
- **Implementar** programas de desenvolvimento de capacidades com decisores políticos, planeadores e administradores encarregues do planeamento do sector de educação com base no conhecimento do risco, tanto a nível nacional como a nível subnacional.
- **Investigar**, aprender e partilhar as melhores práticas e orientações com base em evidências para operacionalizar as políticas de segurança escolar.
- **Construir** e reforçar os Sistemas Informáticos de Gestão Educacional (SIGED), para recolher, monitorizar e analisar dados desagregados de todas as escolas, com o intuito de promover a redução do risco, a preparação para a resposta, o aviso prévio e o planeamento da recuperação e da tomada de decisões com base em evidências a todos os níveis.
- **Garantir** custos e orçamentos das actividades de gestão do risco plenamente integrados no orçamento do sector de educação. Mobilizar recursos de fontes nacionais e de parceiros, se necessário.



@ UNESCO/Torrès

PILAR 1

Instituições de ensino mais seguras

Âmbito

O programa Instituições de Ensino mais Seguras aborda as instalações escolares novas e existentes, incluindo a construção de infraestruturas mais seguras e ecológicas. No caso das novas infraestruturas, centra-se na seleção do local, no projecto e na construção, de modo a garantir a segurança contra ameaças físicas, biológicas, químicas e sociais, para melhorar a qualidade das instituições de ensino e proteger a saúde e o bem-estar de todos os utentes. Relativamente às instituições existentes, centra-se na identificação e priorização de instalações para reparação, adaptação, substituição ou realocação, bem como na manutenção de ambientes de aprendizagem físicos. Este pilar apoia os objectivos de sistemas de educação resilientes e de sustentabilidade ambiental. A segurança e a acessibilidade dos ambientes físicos de ensino e aprendizagem incluem: o desempenho estrutural dos edifícios, a segurança não estrutural,¹⁹ as infraestruturas da escola que sejam resilientes e inclusivas (incluindo vias e acessos seguros e sensíveis às pessoas com deficiências físicas e à questão do género, instalações adequadas de ASH, modalidades de evacuação eficazes, ventilação, etc.), bem como equipamento e serviços de apoio à segurança e à continuidade da aprendizagem (incluindo sistemas de aviso prévio).

Actores-chave

Principais responsáveis:

- São os decisores políticos e governamentais, gestores de infraestruturas e outros funcionários públicos que financiam, planeiam, constroem e regulamentam as infraestruturas escolares e/ou participam nos planos de recuperação após uma emergência ou desastre. Incluem-se aqui as autoridades de educação e, possivelmente, as autoridades de planeamento e desenvolvimento, de obras públicas, de gestão de desastres, de protecção civil, entre outras.
- Prestadores de serviços educativos não governamentais que gerem estabelecimentos de ensino.
- São os doadores, mutuantes e contribuintes do sector privado que financiam infraestruturas escolares ou a recuperação de escolas após emergências ou desastres; prestam assistência técnica e reforço de capacidades; e/ou apoiam o planeamento, o projecto, a construção, a manutenção ou a gestão de estabelecimentos físicos de ensino e a participação de crianças/jovens.
- Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) e Organizações Governamentais Internacionais (OGIs) que se ocupam da segurança escolar.
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nacionais, incluindo mulheres, jovens, grupos de defesa dos direitos de pessoas com deficiência e grupos de jovens que se preocupam com a segurança escolar.
- As pessoas que trabalham a nível das espaço da escola e da comunidade e que utilizam, gerem ou efectuam a manutenção dos estabelecimentos físicos de ensino.

Outros actores importantes:

- Membros do Grupo Local de Educação (GLE), da plataforma nacional ou subnacional de coordenação da segurança escolar.
- Clusters de Educação em Situações de Emergência (EeE), Água, Saneamento e Higiene (ASH), Refugiados, Pessoas Deslocadas Internamente e outros clusters de resposta humanitária e mecanismos de coordenação.
- Parceiros intersectoriais na área da saúde, das infraestruturas, do uso da terra, do género, da inclusão e da protecção da criança.
- Académicos, investigadores e estudantes de pós-graduação de áreas relacionadas com a qualidade, segurança e inovação das infraestruturas, bem como com a política e o planeamento.

Principais responsabilidades

- **Garantir** que todas as novas escolas cumprem os regulamentos e orientações para a seleção, o design e a construção do local. Estas devem incluir: segurança, resistência a desastres, abordagem sensível ao género, inclusão e acessibilidade, bem como sustentabilidade ambiental.
 - **Implementar** um plano de definição de prioridades com base no conhecimento do risco e orientações para as escolas existentes, com vista a identificar e intervir nos casos em que é necessário remodelar, reabilitar, reparar, reequipar, reconstruir, substituir ou transferir para maximizar o investimento, melhorar a segurança e garantir a acessibilidade.
 - **Garantir** que o quadro regulamentar aplicável para os edifícios escolares está actualizado e reflecte o conhecimento actual de perigos e riscos, algo que inclui o esforço de comprometer-se a não causar danos à comunidade nem ao ambiente, e que a conformidade é monitorizada.
 - **Definir** normas mínimas de desempenho no âmbito do quadro legislativo para os activos físicos. Estas normas devem abordar a segurança da vida, instalações de água e saneamento que respondam às questões de género, sistemas de aquecimento, de arrefecimento e de ventilação, bem como proporcionar um ambiente de aprendizagem saudável e adaptado aos impactos climáticos.
 - **Planear** a monitorização e a supervisão para garantir a segurança permanente das instalações.
 - **Envolver** as comunidades de escolas na seleção, construção, remodelação, reabilitação, reparação ou adaptação de espaço da escola seguro de base comunitária.
 - **Reforçar** os conhecimentos dos construtores locais para melhorar a segurança durante a construção, as intervenções e a supervisão.
 - **Fornecer** recursos e orientação adequados para manter as instituições de ensino em boas condições de segurança e saúde, bem como para atingir o tempo de vida útil previsto no projecto.
 - **Minimizar** os riscos não estruturais e infraestruturais — incluindo o acesso seguro às escolas (por exemplo, vias para peões, travessias de estradas e de rios).
 - **Assegurar** que as escolas planeadas como abrigos temporários para a comunidade sejam destinadas a observância de requisitos mínimos de desempenho estrutural para “ocupação imediata” (ou seja, para minimizar os danos esperados).
- **Assegurar** que a política de educação tem como objectivo orientar a melhoria da qualidade da segurança, a inclusão e a sustentabilidade ambiental das instituições de ensino.
 - **Integrar** as considerações de segurança em todos os investimentos em infraestruturas escolares. Maximizar a eficiência destes investimentos com estratégias de mitigação adaptadas para alcançar vários benefícios: reduzir os riscos, assegurar a continuidade da educação, proporcionar ambientes de aprendizagem protetores, saudáveis e inclusivos, melhorar a qualidade das instituições de ensino, mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas (por exemplo, reduzir a emissão de carbono dos edifícios e a utilização de recursos não renováveis).
 - **Planear** a recuperação do sector de educação através do programa Building Back Safer and Greener [Construção de instituições mais seguras e ecológicas], limitando simultaneamente a interrupção na prestação de serviços educativos.
 - **Avaliar** e utilizar os dados dos Sistemas Informáticos de Gestão Educacional (SIGED) para mapear, avaliar e monitorizar as condições e a segurança da infraestrutura escolar, bem como para planear e tomar decisões.
 - **Adoptar** modelos de projectos e soluções escolares para estabelecimentos físicos de ensino novos e existentes que sejam seguros, saudáveis, inclusivos, sensíveis ao género, sustentáveis e favoráveis à aprendizagem.
 - **Desenvolver** soluções económicas para tornar as instalações escolares mais ecológicas, fornecer ligação à Internet e proteger as crianças de ataques externos.
 - **Envolver** as comunidades na realização de avaliações de protecção ambiental e social, identificando e implementando medidas eficazes e sustentáveis de modo a melhorar a segurança e a qualidade das instituições de ensino, salvaguardar os investimentos no sector de educação e promover uma cultura de segurança e resiliência.
 - **Fornecer** formação aos construtores relativamente a construção segura, de supervisão e de controlo de qualidade, bem como de segurança no local, de modo a evitar danos a qualquer pessoa durante a construção e o funcionamento dos estabelecimentos físicos de ensino.



© UNICEF/UNI246267

PILAR 2

Segurança escolar e gestão da continuidade educativa

Âmbito

A gestão da segurança escolar aborda o planeamento centrado na equidade para a saúde, a segurança e o bem-estar das crianças, tendo em vista a continuidade educativa em relação a todos os tipos de ameaça e risco para as crianças e os funcionários do sector de educação. Concentra-se no desenvolvimento de *capacidades de antecipação, de absorção, de adaptação e de transformação* para a resiliência através da participação significativa das populações afectadas e da prestação de contas às mesmas. Incluem-se aqui o planeamento e a operacionalização de uma avaliação abrangente do risco de todas as ameaças, bem como da prevenção e redução do risco, preparação para a resposta e recuperação.

Actores-chave

Principais responsáveis:

- Dirigentes do sector de educação a nível nacional, subnacional e local, trabalhando em colaboração com os seus homólogos da gestão de desastres, da protecção da criança e de outras autoridades locais em cada jurisdição.
- A nível escolar, todos os funcionários, alunos e pais, bem como outros utentes da escola, prestando especial atenção ao género, à deficiência e inclusão social.
- Prestadores de serviços educativos não governamentais responsáveis pela gestão de instalações ou de programas educativos.

Outros actores importantes:

- Membros do Grupo Local de Educação (GLE) e da plataforma nacional e/ou subnacional de coordenação da segurança escolar.
- Clusters de Educação (em situações de emergência), de Protecção da Criança e outros clusters de resposta humanitária, grupos de trabalho equivalentes ou grupos de trabalho para a educação de pessoas refugiadas, quando o cluster e/ou o sistema de refugiados não estiver activado.
- Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) e Organizações Governamentais Internacionais (OGIs) que se ocupam da segurança escolar.
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nacionais, incluindo mulheres, jovens, grupos de defesa dos direitos de pessoas com deficiência e grupos de jovens que se preocupam com a segurança escolar.
- São doadores, mutuantes e contribuintes do sector privado que financiam o desenvolvimento do sector de educação e o desenvolvimento da capacidade de resposta humanitária, que prestam assistência técnica para assegurar o reforço da resiliência.
- Parceiros intersectoriais relativamente a segurança pública, protecção da criança, água, saneamento e higiene (ASH), saúde, saúde pública, nutrição, saúde mental, Tecnologia de Informação e Comunicação, género, inclusão, juventude, desporto, etc.
- Fornecedores de transportes públicos e privados.
- Investigadores que trabalham na área do clima, da redução do risco de desastres, da protecção das crianças, dos direitos das crianças, entre outros, que informam práticas com base em evidências e geram evidências com base na prática, e apoiam um planeamento flexível com base em previsões.

Principais responsabilidades

- **Atribuir** funcionários a tempo inteiro de gestão da segurança escolar a nível nacional e nível subnacional e pontos focais de segurança escolar dispostos a nível da comunidade escolar local.
- **Manter** práticas representativas, inclusivas e participativas de gestão da segurança escolar a nível da comunidade escolar local, que envolva e preste contas aos alunos, funcionários, pais, cuidadores e membros da comunidade local.
- **Aceder** e utilizar dados confiáveis sobre perigos, riscos e ameaças, a nível nacional e local, para servirem de base ao planeamento e à tomada de decisões. Isto inclui avisos prévios para perigos, mecanismos de monitorização e de comunicação de ataques à educação e de utilização militar de escolas.
- **Envolver** as escolas numa avaliação global e participativa dos riscos, num planeamento orientado para a acção e numa monitorização e avaliação a nível escolar, estabelecendo uma ligação com processos semelhantes a nível da comunidade.
- **Orientar** as escolas no sentido de implementarem medidas de redução do risco físico, ambientais e de proteção social, de modo a proteger a saúde, a segurança e o bem-estar dos alunos e dos responsáveis a nível da escola (por exemplo, professores, funcionários de manutenção e cuidadores).
- **Localizar** e implementar os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para a resposta a desastres e emergências. Incluem-se aqui: a evacuação segura, a evacuação para um refúgio seguro, a reunião segura, um abrigo implementado, o confinamento e a reunificação familiar segura, bem como medidas de segurança específicas caso existam perigos.
- **Desenvolver** e actualizar planos de emergência para a continuidade educativa e a proteção da criança a nível nacional e nível subnacional.
- **Apoiar** os pais e os cuidadores como parceiros na sustentação da aprendizagem das crianças, com saúde mental e apoio psicossocial para reforçar os mecanismos de resposta aos factores de stress graves e de longo prazo.

Estratégias recomendadas

- Os funcionários a tempo inteiro de gestão da segurança escolar a nível subnacional e da comunidade escolar local são **capacitados** e orientados para liderarem um envolvimento abrangente da comunidade escolar na segurança escolar.
- **Fornecer** políticas e orientações para a realização de avaliações anuais de todas as ameaças para a saúde e segurança escolar existentes no espaço, de modo a orientar o planeamento e a redução do risco. Incluir orientações para a integração da gestão da segurança escolar no planeamento e financiamento da melhoria contínua do espaço da escola.
- A monitorização do espaço da escola deve **ocorrer** anualmente e após os impactos do risco, com relatórios ligados aos Sistemas Informáticos de Gestão Educacional (SIGED).
- **Implementar** programas de desenvolvimento de capacidades profissionais de professores/administradores, antes e durante o exercício das funções, com administradores escolares do sexo feminino e masculino. Os professores devem desenvolver as suas capacidades de liderança para assegurar uma gestão participativa da segurança escolar e da continuidade educativa.
- **Fornecer** orientações para a preparação para a resposta, incluindo os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para desastres e emergências nas escolas, incluindo exercícios, manutenção de mecanismos de resposta e acção rápida em resposta a avisos prévios.
- **Desenvolver** estratégias e planos baseados na equidade a nível nacional e nível subnacional para apoiar e financiar a continuidade da educação e proteção. Isto inclui:
 - monitorização do contexto, e previsão para contextos de fragilidade;
 - planos e critérios para limitar a utilização temporária de escolas como abrigos temporários;
 - identificação de locais alternativos e materiais reutilizáveis e de baixa tecnologia para espaços de aprendizagem temporários;
 - planeamento de formas alternativas de ensino e aprendizagem (por exemplo, modelos de ensino à distância, no local e híbridos, incluindo soluções digitais on-line e off-line, soluções de aprendizagem de baixa tecnologia (rádio ou televisão) e soluções de aprendizagem sem tecnologia que também utilizem eficazmente o corpo docente e as suas capacidades;
 - apoiar o reforço das capacidades dos actores nacionais e subnacionais com o intuito de os ajudar a liderar estas estratégias.
- **Desenvolver** orientações de fácil utilização para a implementação de medidas padrão de redução do risco nas escolas, no que respeita a medidas estruturais, não estruturais, infraestruturais, ambientais e sociais, que possam ser implementadas pelas comunidades de escolas locais.
- **Desenvolver** planos de emergência nacionais e subnacionais que definam as responsabilidades em caso de crise, as informações de contacto, os custos, os acordos de fornecimento e de abastecimento.
- **Implementar** redes e/ou clusters escolares a nível local para proporcionarem apoio interpares e ajuda mútua no âmbito do planeamento e da resposta locais em termos de segurança escolar, de modo a minimizar a interrupção da aprendizagem para todos.
- **Buscar** a integração e a harmonização da gestão da segurança escolar e dos planos de desenvolvimento da comunidade local, de gestão do risco de desastre, de adaptação às mudanças climáticas e de proteção da criança.
- **Implementar** práticas escolares para a consolidação da paz e promoção da coesão social — integrando estratégias para proteger a educação em conflitos armados (tal como descrito na Declaração de Escolas Seguras).



PILAR 3

Educação para a redução do risco e para a resiliência

© ChildFund India/Rama Rao Damalla

Âmbito

A educação para a redução do risco e para a resiliência centram-se nas medidas destinadas a criar conteúdos, processos e oportunidades de aprendizagem para que as crianças, os funcionários e as comunidades de escolas (incluindo os pais) desenvolvam a resiliência a nível individual e comunitário relativamente aos riscos que enfrentam. Incluem-se aqui a gestão do risco de desastre, as mudanças climáticas, a promoção da saúde e as pandemias, a proteção da criança, a prevenção da violência e dos conflitos, a resolução de conflitos, o reforço da coesão social e o bem-estar psicossocial.

Actores-chave

Principais responsáveis:

- Líderes do sector de educação em organizações públicas, privadas e religiosas que desenvolvem conteúdos do currículo tanto a nível nacional como nível subnacional.
- Organizações de formação de professores e membros do corpo docente antes e durante o exercício da profissão.
- Organismos nacionais de desenvolvimento de currículos.

Outros actores importantes:

- Membros do Grupo Local de Educação (GLE) e da plataforma nacional e/ou subnacional de coordenação da segurança escolar.
- Clusters de Educação (em situações de emergência), de Proteção da Criança e outros clusters de resposta humanitária, grupos de trabalho equivalentes ou grupos de trabalho para a educação de pessoas refugiadas, quando o cluster e/ou o sistema de refugiados não estiver activado.
- Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) e Organizações Governamentais Internacionais (OGIs) que se ocupam da segurança escolar.
- Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nacionais, incluindo mulheres, jovens, grupos de defesa dos direitos de pessoas com deficiência e grupos de jovens que se preocupam com a segurança escolar.
- Directores de escolas, formadores de professores, professores, líderes de movimentos juvenis, facilitadores de actividades de aprendizagem e voluntários.
- Cientistas da área da redução do risco de desastres e do clima, gestores de desastres, artistas, escritores, profissionais da área da comunicação e profissionais da proteção da criança.
- Organizações comunitárias, tais como comissões de proteção da criança, Associação de Professores e Encarregados de Educação, clubes de alunos, governo, organizações lideradas por jovens, educadores de pares, organizações de pessoas com deficiência, entre outras.
- Doadores, mutuantes e contribuintes do sector privado que financiam a resposta humanitária e o desenvolvimento do sector de educação.
- Parceiros intersectoriais na gestão de desastres, proteção da criança, água e saneamento, saúde e nutrição infantil, saúde pública, Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), etc.

Principais responsabilidades

- **Promover** políticas que garantam a integração e a incorporação de conteúdos e orientações de currículos formais e não formais, centrados na criança e sensíveis ao contexto²⁰ para:
 - redução do risco de desastres (incluindo a avaliação dos riscos, a redução do risco e a preparação para a resposta);
 - adaptação às mudanças climáticas, mitigação e sustentabilidade ambiental;
 - nutrição e saúde escolar;
 - aprendizagem socioemocional (ASE) e competências para a vida;
 - proteção da criança, prevenção de violência, educação para a paz e resolução de conflitos.
- **Rever** os currículos e os materiais didáticos para garantir que são sensíveis a questões de conflitos e para eliminar mensagens que contêm preconceitos de género, étnicos, religiosos, entre outros, e que contêm discriminação, intolerância ou promoção de ódio contra grupos com base na identidade ou na filiação a grupos. Promover a tolerância e a inclusão.
- **Desenvolver** e promover mensagens orientadas para a acção, baseadas em evidências e consensos, destinadas aos agregados familiares e às escolas, para reduzir os riscos, de modo a preparar e responder aos impactos do perigo.
- **Desenvolver** materiais didáticos e pedagógicos de qualidade para alunos e professores relacionados com competências para a vida, redução do risco, segurança, acções no âmbito das mudanças climáticas, saúde e higiene e coesão social. Apoiar o desenvolvimento da sensibilização entre pares, promovendo a liderança, a expressão cultural e o apoio psicossocial.
- **Reforçar** as capacidades dos professores e de outros profissionais da educação para ministrarem conteúdos sobre a educação para a redução do risco e para a resiliência e responderem às necessidades de saúde mental e psicossociais das crianças, através de formação antes e durante o exercício da profissão.
- **Fornecer** orientações para assegurar a prevenção de riscos, a redução e a resposta a todas as formas de violência interpessoal, incluindo a violência baseada no género (VBG).
- **Preparar** a adaptação do foco do currículo às crises e às perturbações, incluindo para manter as competências de base, o apoio psicossocial e o bem-estar, e a aceleração da aprendizagem.

Estratégias recomendadas

- **Realizar** revisões ao currículo para incorporar os conhecimentos e as competências em todo o currículo formal. Incluem-se aqui: a igualdade de género, direitos das crianças, identificação e redução de riscos, segurança, saúde e higiene, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sustentabilidade ambiental, aprendizagem socioemocional, prevenção de violência, educação para a paz e pensamento crítico.
- **Utilizar** percursos de aprendizagem não formais, tais como assembleias escolares, clubes, movimentos juvenis, desportos e programas comunitários, para envolver as crianças, os jovens e os funcionários nas actividades escolares e comunitárias e na tomada de decisões para possibilitar a identificação, a redução e o desenvolvimento das capacidades de resposta ao risco, reforçando simultaneamente a participação cívica e a liderança.
- **Desenvolver** um consenso nacional em torno de mensagens chave orientadas para a acção e com base em evidências, para reduzir as vulnerabilidades dos agregados familiares e das escolas e para preparar e responder aos impactos do perigo, como base para a educação formal e educação não-formal (a incluir nos currículos e nas estratégias de comunicação pública).
- **Assegurar** que os materiais didáticos e as mensagens-chave são acessíveis da forma mais ampla possível, com vista a superar as desigualdades e as barreiras para os grupos vulneráveis (por exemplo, línguas minoritárias, crianças com deficiência, etc.).
- **Desenvolver** e alargar estratégias (incluindo a tecnologia digital) que têm por base a equidade de modo a reforçar as capacidades dos educadores no sentido de fornecerem conteúdos de aprendizagem que reforcem a resiliência, a aquisição de competências transferíveis e a aprendizagem socioemocional.
- **Reforçar** os serviços de apoio e os mecanismos de identificação e encaminhamento para professores e crianças afectadas por violações no âmbito da protecção ou por traumas. Desenvolver a capacidade, numa base entre pares, dos professores, dos cuidadores e dos alunos de prestarem apoio psicossocial às crianças e aos funcionários.
- **Auditar** o material didático para verificar se está em conformidade com o contexto, os conflitos e a capacidade de resposta às questões de género, de inclusão social e de acessibilidade para os alunos com deficiência e para assegurar que não reflecte preconceitos nem transmite mensagens de intolerância.
- As estratégias de **investigação** e de melhoria destinam-se a reforçar as capacidades dos professores e das famílias no sentido de prestarem apoio à aprendizagem à distância ou em casa e à aceleração da aprendizagem durante as interrupções do ensino.
- **Assegurar** que todo o conteúdo curricular está em conformidade com as normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, mediante a utilização de infográficos e tipos de letra/fontes claros, texto alternativo para gráficos em documentos digitais e mediante a disponibilização de outros materiais de apoio para pessoas com deficiência, sempre que possível (por exemplo, língua gestual, braille, etc.).
- **Envolver** especialistas da área da gestão do risco de desastres, do clima/ambiente, da protecção da criança, entre outros, como apresentadores/facilitadores convidados, incluindo a organização de visitas de estudo e outras actividades de aprendizagem.
- Em contextos afectados por conflitos, **envolver** os actores locais na implementação de estratégias para promover ambientes de aprendizagem escolar seguros, tendo em conta os impactos de género nas mulheres, meninas e meninos (por exemplo, as Escolas como Zonas de Paz da Save the Children ou estratégias relacionadas promovidas através da Coligação Global para Proteger a Educação contra Ataques).
- **Abordar** as questões relacionadas com as mudanças climáticas, implementar estratégias de escolas ecológicas e acções transformadoras na sociedade para fazer face às mudanças climáticas.

Sobreposições dos pilares



© UNICEF/UN0506275/ljazah

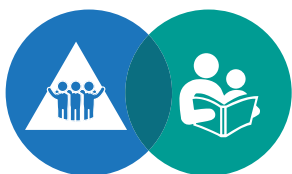
Responsabilidades chave

Sobreposição dos pilares 1 e 2

- **Manter** e melhorar os sistemas estruturais, não estruturais, de segurança contra incêndios e de comunicações para garantir a segurança e a continuidade educativa.
- **Manter** e melhorar as instalações e orientações relativamente a água, saneamento e higiene (ASH) adoptando uma abordagem sensível ao género.
- **Prevenir** e controlar as infecções nas instituições de ensino através de sistemas de aquecimento, refrigeração e ventilação, bem como através de limpeza e saneamento e medidas de distanciamento social.
- **Implementar** intervenções inteligentes do ponto de vista climático para possibilitar a conservação da água e da energia e a gestão dos resíduos.



Sobreposição dos pilares 2 e 3



- **Praticar** regularmente exercícios escolares para assegurar a preparação para os riscos previstos.
- **Planear** e aplicar procedimentos para a prevenção da separação de famílias e para a reunificação familiar segura.
- **Promover** a segurança do agregado familiar e o planeamento da resiliência.
- **Ensinar** a resposta à violência e prevenção de violência.
- **Reforço** das medidas de resiliência a nível do sistema e de continuidade da aprendizagem.
- **Melhorar** a segurança no trajecto de ida e volta para a escola.

Sobreposição dos pilares 1 e 3

- **Ensino técnico e profissional** para a segurança estrutural, não estrutural e de infraestruturas.
- A **construção** como uma oportunidade educativa, juntamente com a comunidade.
- Medidas de implementação da escola **ecológica**.



Anexos



© UNICEF/UN0592111/

1. Contexto
2. Princípios orientadores
3. Modelos práticos de acção
4. Todos os tipos de ameaça e risco
5. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
6. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030
7. Glossário
8. Acrónimos
9. Notas finais



@ IFRC

1. Contexto

Desastres, emergências, choques e situações de stress associados a riscos de desastres naturais, tecnológicos e riscos para a saúde, mudanças climáticas, conflitos e violência têm impactos destrutivos e podem impedir os Estados de alcançar os seus objectivos de desenvolvimento.²¹ Actualmente, quase um quarto das crianças do mundo vive em países afectados por desastres ou conflitos, com acesso limitado a uma educação de qualidade.²²

Impactos de vários riscos: Durante as duas primeiras décadas do século XXI, mais de 7.000 desastres ceifaram 1,23 milhões de vidas e afectaram mais de 4 mil milhões de pessoas em todo o mundo.²³ Pelo menos 26% das pessoas afectadas são crianças com idade inferior a 15 anos.²⁴ Entre 2000 e 2019, pelo menos 60 grandes desastres que afectaram 30 países interromperam a educação de mais de 11 milhões de crianças. Registaram-se quase 35.000 mortes de crianças em escolas resultantes de 16 ocorrências, além de muitos outros incidentes quase mortais, devido ao encerramento das escolas. Foram destruídas mais de 30.000 escolas nestes desastres e cerca de 50.000 crianças sofreram danos significativos.²⁵

Entre os anos de 2015 e 2019, registaram-se mais de 11.000 relatos de ataques à educação ou de utilização militar de escolas, o que prejudicou mais de 22.000 alunos e adultos. Os impactos dos conflitos e ataques ao sector da educação fizeram-se sentir em mais de 37 países. Muitas vezes, estes ataques visam deliberadamente escolas femininas, alunas e professoras.²⁶ O direito à educação foi negado a milhões de crianças no Afeganistão, nos Camarões, na República Democrática do Congo, no Iraque, no Sudão do Sul, na Nigéria, na Síria, no Iémen e noutros países.²⁷

Anualmente, estima-se que serão afectadas 175 milhões de crianças só pelo risco de desastres naturais.²⁸ Em 2020, havia mais de 262 milhões de

crianças em idade escolar para o ensino primário e secundário que não frequentavam a escola.²⁹ Antes da pandemia global da COVID-19, 53% dos alunos provenientes de países de baixo e médio rendimento não sabiam ler nem conseguiam compreender uma história básica aos 10 anos de idade, chegando este número a 80% nos países pobres.³⁰ A crise global de aprendizagem tem um impacto particularmente grave nas crianças que vivem em ambientes frágeis e expostos a conflitos.

A multiplicidade de riscos — quer resultem de factores naturais, climáticos e para a saúde ou decorrentes de conflitos, — pode levar à perda de vidas e de meios de subsistência, a graves perturbações de serviços essenciais e pode impulsionar deslocações e tensões sociais. Em 2019, os conflitos deixaram 40 milhões de pessoas deslocadas internamente (PDI) e o risco de desastres naturais foram responsáveis 17 pela deslocação de mais 19 milhões de pessoas. Em 2017, cerca de 4 milhões de refugiados em idade escolar não frequentavam a escola.

Riscos crescentes e agravados: A crise climática representa uma ameaça significativa aos direitos das crianças, com cerca de mil milhões de crianças (quase metade de todas as crianças em todo o mundo) a residir em países que enfrentam níveis de risco extremamente elevados.³¹ A potencial perturbação da educação causada por temperaturas e fenómenos meteorológicos extremos, a subida do nível do mar, as deslocações climáticas e os conflitos decorrentes da escassez de recursos podem ter impactos devastadores no bem-estar e no futuro das crianças em todo o mundo.³²

Os desafios relativos ao sector da educação aumentaram significativamente como consequência da pandemia global de COVID-19. Em meio ao pico da interrupção na educação causada pela crise, 1,6 mil milhões de alunos de mais de 190 países não puderam frequentar a escola.³³ Destes alunos, pelo menos 4% são crianças com deficiência que têm necessidades diversas em relação à aprendizagem à distância e aos tipos de apoio necessários. As escolas de mais de 168 milhões de crianças estiveram encerradas durante um ano inteiro ou mais.³⁴ Como resultado, a percentagem de crianças do mundo que sofrem de pobreza na aprendizagem³⁵ aumentou de 53% para 63%, prevendo-se taxas muito mais elevadas em contextos frágeis.³⁶

Para muitos, os impactos da pandemia foram agravados por crises adicionais, como terremotos, ciclones e inundações. Muitas crianças enfrentam um risco significativo de nunca mais regressarem à escola e são suscetíveis à exploração, tais como trabalho infantil, casamento precoce e abuso. Particularmente as meninas correm um maior risco de sofrer tais vulnerabilidades. Um número crescente de crianças está preso em ciclos de pobreza e violência. Devido à alteração dos padrões climáticos e à contínua destruição humana de habitats de vida selvagem, prevê-se um aumento dos riscos de propagação de doenças infecciosas em todo o mundo, para além da COVID-19.³⁷

As crianças como participantes e agentes de mudança: As crianças e os jovens são os titulares dos direitos e os principais beneficiários de todo o trabalho que os responsáveis realizam em prol do desenvolvimento sustentável e da redução do risco de desastres, do clima e de conflitos. No entanto, longe de serem vítimas indefesas, já contribuem activamente para a redução do risco, a consolidação da paz e a promoção de acção climática. As abordagens de promoção do género, totalmente inclusivas e adequadas do ponto de vista do desenvolvimento assentam nas melhores práticas de redução do risco e de resiliência centradas nas crianças e nos jovens. Há muitas medidas que se podem tomar com vista a envolvê-las plenamente como participantes nestes processos.²

Governança adaptativa e a nível de toda a sociedade: “A redução do risco de desastres é um assunto que diz respeito a todos”, pelo que a redução do risco exige uma abordagem que envolva “toda a sociedade”. Para lidar com a crescente incerteza dos contextos de risco, é necessária uma governança adaptativa em todo o lado — incluindo no sector de educação. A tomada de decisões sobre o encerramento ou abertura de escolas, a mudança para o ensino misto on-line, o esforço de alcançar os alunos vulneráveis e a educação personalizada durante períodos de crise prolongados são algumas das novas questões que têm de ser apoiadas por dados e por investigação

2. Princípios orientadores

Abordagem de Segurança Escolar Abrangente envolve compromissos para:

- Garantir os direitos das crianças a segurança e sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação no sector de educação.
- Promover tanto a prática com base em evidências, como as evidências com base na prática.³⁸

Alcançar estes objectivos exige a aplicação de vários princípios ao longo da implementação da Segurança Escolar Abrangente (CSS).

- Comprometer-se a não causar danos.
- Adoptar uma abordagem abrangente, de todos os tipos de ameaça e risco (*Ver Anexo 4. Todos os tipos de ameaça e risco*).

- Institucionalizar de forma consistente a resiliência e a redução do risco, a proteção da criança, a saúde e a nutrição, a saúde mental, a acção a nível das mudanças climáticas, a prevenção de violência, a sensibilidade aos conflitos e a consolidação da paz.
- Os sistemas, políticas e planos de apoio devem ser equitativos, socialmente inclusivos, centrados na criança e contar com a participação da criança e da comunidade.²
- Assegurar a prestação de contas, com uma liderança dedicada que seja responsável pela coordenação dos esforços de segurança escolar de várias partes interessadas a nível nacional, subnacional e local.
- Visar a igualdade entre os sexos com abordagens de promoção do género.
- Assegurar que as abordagens são regularmente revistas, adaptadas e contextualizadas.³⁹

3. Modelos práticos de acção

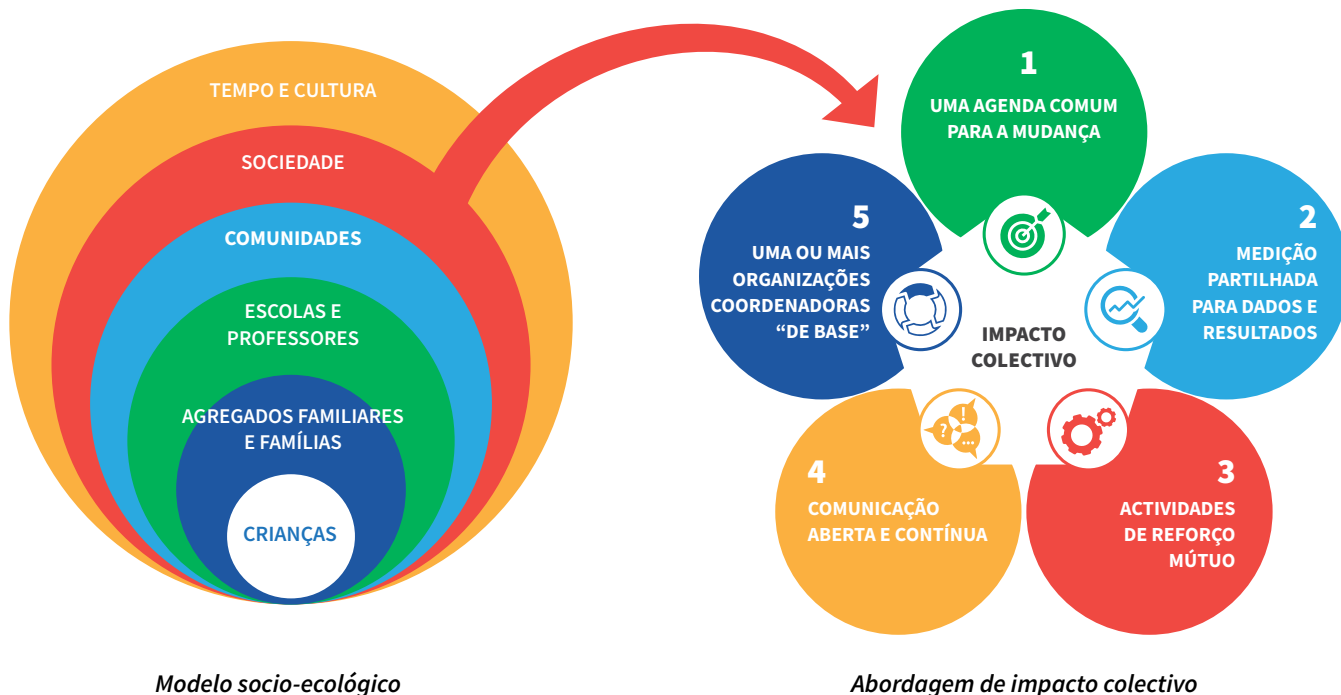
A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) tem dois modelos inter-relacionados e amplamente utilizados para orientar diversas parcerias para uma acção eficaz na resolução de problemas complexos.

- O **modelo socio-ecológico** reconhece que o bem-estar das crianças depende dos sistemas mais amplos e interdependentes de que fazem parte: o micro-sistema dos agregados familiares e das famílias; os meso-sistemas das escolas e das comunidades; o macro-sistema dos sistemas sociais, da governação e das políticas, e os crono-sistemas que nos colocam em contextos particulares de tempo e cultura, e as ligações entre estes.⁴⁰ Isto é consistente com uma abordagem de “toda a sociedade” para a redução do risco, para a resiliência e para a sustentabilidade ambiental.

- A abordagem de **impacto colectivo** torna-se importante ao nível da “sociedade” dos eco-sistemas sociais. Reconhece que a resolução de problemas sociais complexos exige o envolvimento de várias partes interessadas e de vários sectores.

As cinco componentes necessárias para o sucesso são: 1) uma agenda comum; 2) medição partilhada para dados e resultados; 3) actividades de reforço mútuo; 4) comunicação aberta e contínua e 5) uma organização facilitadora de base.⁴¹

A própria Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSS) constitui a nossa agenda comum para a mudança. As metas e indicadores da Segurança Escolar Abrangente (CSS) fornecem *medição partilhada para dados e resultados*. A orientação operacional que desenvolvemos apoia *actividades de reforço mútuo*.



4. Todos os tipos de ameaça e risco

Há muitas abordagens que são utilizadas para descrever perigos e riscos. É útil categorizar os riscos globais como *econômicos*, *ambientais*, *geopolíticos*, *sociais* ou *tecnológicos*.⁴²

As autoridades de educação consideraram útil a possibilidade de adotar uma abordagem de todas as ameaças que abranja os riscos de desastres naturais, tecnológicos, biológicos, de saúde, de conflito, de violência e do cotidiano, como se mostra a seguir.



Riscos naturais e riscos induzidos pelas mudanças climáticas

Terrestres: terremoto, deslizamento de terras/deslizamento de rochas, detritos ou fluxo de lama, inundações repentinas causadas pelo degelo de lagos glaciais, erupção vulcânica, avalanche.

Vento e água: inundações, ciclone tropical, tempestade de vento, erosão costeira, tsunamis, ruptura de ponte/barragem, seca, falta de água, granizo, tempestade de areia, relâmpagos.

Incêndio: incêndio florestal, incêndio estrutural (em edifícios).

Temperatura: frio extremo, calor extremo.



Riscos tecnológicos

Ameaças nucleares, biológicas, radiológicas e químicas (incluindo materiais e resíduos perigosos, pesticidas, amianto, tintas e agenda de limpeza), radiação, falta de energia, acidentes rodoviários (machimbombo, carro, bicicleta, táxi-bicicleta/txopela, etc.) e outros acidentes de transporte (comboio, avião, barco).



Riscos biológicos e para a saúde

Pandemias (por exemplo, HIV, gripe, gripe das aves, ébola, COVID-19, etc.), epidemias (por exemplo, gastrointestinais), doenças transmitidas por vetores (por exemplo, malária, dengue, zica), água não potável ou insuficiente, alimentos não seguros ou insuficientes, poluição do ar (incluindo bolores), poluição da água, infestações de pragas (por exemplo, roedores, insetos, animais venenosos).



Conflitos e violência

Castigos físicos e humilhantes, abuso, negligência e exploração, violência entre pares, violência sexual e de gênero, cyberbullying, violência on-line, conflitos civis e militares, violência de gangues, ataques a escolas, alunos e funcionários, utilização militar de instalações, recrutamento de crianças.



Riscos e ameaças do cotidiano

Acidentes de viação, afogamentos, acidentes em parques infantis, abuso de álcool e de substâncias, separação da família, percursos inseguros para as escolas (por exemplo, dentro ou através da água, queda de cocos, travessias de animais), deslocação e migração, trabalho infantil e casamento infantil.

Além disso, existem condições que podem aumentar a exposição aos perigos e agravar os riscos, nomeadamente: carências a nível de necessidades básicas (por exemplo, calor, água, alimentos, luz, ventilação, unidades sanitárias, cuidados médicos de emergência, e abrigo).

5. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSS) pretende reforçar as nossas abordagens tendo em vista o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à medida que interpretamos os ODS para a redução do risco e a resiliência no sector de educação..

Meta 1:	Erradicar a pobreza (1.4, 1.5)
Meta 3:	Proporcionar boa saúde e bem-estar (3.3, 3.d)
Meta 4:	Oferecer educação de qualidade (4.1, 4.7, 4.a, 5.c)
Meta 5:	Alcançar igualdade de género (5.1, 5.2, 5.5)
Meta 6:	Fornecer água potável e saneamento (6.2, 6.4, 6.a, 6.b, 7.b)
Meta 7:	Fornecer energia limpa e economicamente acessível (7.1, 7.2, 7.b)
Meta 8:	Oferecer trabalho digno e crescimento económico (8.6, 8.7, 8.8)
Meta 9:	Priorizar indústria, inovação e infraestruturas (9.1, 9.4, 9.a)
Meta 10:	Reduzir as desigualdades (10.3, 10.7)
Meta 11:	Desenvolver cidades e comunidades sustentáveis (11.5, 11.6, 11.b., 11.c)
Meta 12:	Incentivar consumo e produção responsável (12.5, 12.8)
Meta 13:	Tomar medidas contra as mudanças climáticas (13.1, 13.3, 13.b)
Meta 16:	Estabelecer a paz, a justiça e instituições sólidas (16.1, 16.7)
Meta 17:	Fomentar Parcerias para os Objectivos (17.16, 17.17, 17.18, 17.19)

6. A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF) e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030

A Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSS) pretende reforçar as nossas abordagens com vista a cumprir os objectivos do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (SFDRR) à medida que interpretamos as metas globais e as quatro prioridades do SFDRR para a redução do risco e para a resiliência no sector de educação.

Metas globais para o sector de educação⁴³

- #1. Minimizar as mortes e lesões, bem como os danos causados às crianças nas escolas como resultado de todos os tipos de ameaça e risco**
- #2. Reduzir ao mínimo os dias de escola perdidos devido a todos os tipos de ameaça e risco**
- #3. Reduzir as perdas de investimento no sector de educação devido aos impactos do perigo**
- #4. Monitorizar o nível escolar e o progresso agregado para a segurança escolar**
- #5. Os países trabalham em conjunto a nível regional e global para alcançar uma segurança escolar abrangente**
- #6. As escolas têm acesso a sistemas de aviso prévio e utilizam-nos**

Metas e indicadores para o sector de educação

Prioridades do SFDRR Prioridades para o sector de educação

Prioridade 1: compreender o risco de desastre

- Uma abordagem abrangente à segurança escolar é a base para integrar a redução do risco e a resiliência nas estratégias, nas políticas e nos planos do sector de educação.
- A avaliação de riscos centrada na criança está implementada a todos os níveis do sector de educação.
- Foi desenvolvido e está a ser implementado um plano sistemático de avaliação e de definição de prioridades para possibilitar a reabilitação e a substituição de insegurança nas escolas.
- A Autoridade Nacional de Gestão de Desastres e as autoridades de educação adoptaram, a nível nacional, mensagens chave orientadas para a acção, consensuais e com base em evidências para a educação formal e não-formal.
- As autoridades de educação devem incorporar no currículo uma sensibilização para o clima, para a redução do risco e para a resiliência da educação regular.
- As escolas transmitem a educação para a resiliência e para a redução do risco através da educação não-formal, mediante a participação na gestão de desastres nas escolas e através de clubes, assembleias e actividades extracurriculares após as aulas.

Prioridade 2: reforçar a governação do risco de desastres para gerir o risco de desastres

- Estão em vigor políticas e quadros jurídicos favoráveis a nível nacional e/ou nível subnacional para abordar elementos-chave da segurança escolar abrangente.
- As disposições organizacionais, a liderança e a coordenação para a redução do risco e para a resiliência estão estabelecidas pela direcção e incluem pontos focais designados, que são responsáveis a todos os níveis.
- Estão em vigor orientações e regulamentos para assegurar a construção de escolas seguras.
- Monitorizar o cumprimento/aplicação da seleção, projecto e construção de espaço da escola seguro por parte das autoridades competentes.
- As escolas analisam anualmente as medidas de gestão e redução do risco de desastres (por exemplo, no âmbito da gestão escolar e/ou da melhoria das escolas).

Prioridade 3: investir na redução do risco de desastres para aumentar a capacidade de resiliência

- Há financiamento disponível para reduzir os riscos no sector de educação.
- A Monitorização e Avaliação da Segurança Escolar Abrangente (CSS) está em curso.
- Está a ser financiado e implementado um plano de prioridades para a modernização das escolas existentes com problemas de insegurança.
- As autoridades de educação promovem a manutenção de rotina e a mitigação não estrutural para aumentar a segurança e a protecção dos investimentos nas escolas públicas.
- As autoridades de educação dispõem de uma avaliação das necessidades, de uma estratégia e de um plano de implementação para desenvolver as capacidades dos funcionários, professores e alunos para participarem na redução do risco de desastres, na gestão e educação para a resiliência de base escolar, à escala necessária.
- O país dispõe de materiais didácticos de qualidade e em quantidade suficiente para implementar a educação para a redução do risco e para a resiliência à escala necessária.

Prioridade 4: reforçar a preparação para desastres de modo a assegurar uma resposta eficaz

- Elaborar planos para uma utilização limitada das escolas como abrigos temporários ou centros colectivos, durante o ano lectivo.
- As autoridades de educação estabelecem e orientam um exercício de simulação completo, realizado anualmente, a todos os níveis, para praticar a preparação para a resposta e rever os planos de resposta.
- As autoridades de educação dispõem de planos nacionais e subnacionais que têm em vista a gestão e redução do risco, centrados na segurança, na continuidade e na protecção dos investimentos no sector.

7. Glossário de termos

Os termos aqui apresentados são explicados *conforme a relação que têm com a segurança escolar*.

As fontes incluem o UNDRR,⁴⁴ a UNICEF⁴⁵ e outras.

A Aliança Global para Redução do Risco de Desastres e Resiliência no Sector da Educação (GADRRRES)	A GADRRRES foi estabelecida em 2013 e inclui as principais organizações de ajuda humanitária e de desenvolvimento que prestam apoio técnico às autoridades de educação a nível mundial na implementação da Estrutura de Segurança Escolar Abrangente (CSSF). As alianças regionais afiliadas promovem uma advocacia de causas e prestam um apoio técnico mais orientados para a geografia e o contexto.
Abordagem centrada na criança	Uma abordagem centrada na criança prioriza aos interesses e às necessidades das crianças e dos jovens. Centra-se no envolvimento significativo das crianças e dos jovens, criando e apoiando oportunidades para lhes dar voz, espaço, audiência e influência. ⁴⁷ Reconhece as suas contribuições únicas ⁴⁸ e assegura que são valorizadas e ouvidas no âmbito das decisões que as afectam. ²
Capacidade	A combinação de todos os pontos fortes, atributos e recursos disponíveis numa comunidade, sociedade ou organização podem ser utilizados para atingir os objectivos acordados. Os quatro tipos de capacidades identificados são: <i>Antecipatória, absorptiva, adaptativa, e transformativa</i> .
Choque	Perigo ou outro fenómeno súbito e potencialmente prejudicial, ou momento em que um processo de início lento (uma situação de stress) passa o seu “ponto de ruptura” e se torna um acontecimento extremo.
Coerência	A intersecção de quadros relacionados com a sustentabilidade, adaptação e resiliência em relação à redução das vulnerabilidades e riscos e ao aumento das capacidades no sector de educação. Incluem-se aqui objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), redução do risco de desastres (Quadro de Sendai), adaptação às mudanças climáticas (UNFCCC/o Acordo de Paris), educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), entre outros.
Comprometer-se a não causar danos	Este princípio ético pretende minimizar quaisquer danos causados inadvertidamente através de estratégias e actividades propostas que se destinam a melhorar a segurança escolar.
Comunidade escolar	A comunidade escolar inclui todos os alunos, funcionários, visitantes e a comunidade mais alargada com a qual interagem, determinada pelo contexto.
Conflito	Refere-se aos impactos dos conflitos e de outras situações de violência em termos de ataques a escolas, alunos e funcionários, utilização militar de instalações escolares, recrutamento de crianças para actividades perigosas, criminosas, violentas e que visam explorar. A sensibilidade ao conflito refere-se à garantia de que a educação não contribui inadvertidamente para tensões sociais nem conflitos violentos ⁴⁹ (por exemplo, através da distribuição desigual de recursos, métodos de ensino que são tendenciosos para um grupo, ou práticas de contratação que contribuem para tensões entre grupos).
Desastre	É uma perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, a qualquer escala, devido a acontecimentos perigosos que interagem com condições de exposição, de vulnerabilidade e de capacidade, levando a uma ou mais das seguintes situações: perdas e impactos humanos, materiais, económicos e ambientais.

<p>Design</p>	<p>O design do ambiente construído e das suas funcionalidades inclui considerações sobre construir padrões de desempenho para resiliência a desastres, para acesso e inclusão de pessoas com deficiência, e design verde para as melhores práticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.</p>
<p>Educação</p>	<p>Educação formal refere-se à educação institucionalizada, intencional, estruturada e planeada através de organizações públicas e entidades privadas, reconhecida pelas autoridades de educação nacionais competentes. Inclui a pré-escola, o ensino primário, bem como o ensino secundário.</p> <p>A educação não-formal refere-se a qualquer programa planeado de educação pessoal e social destinado a melhorar uma série de aptidões e competências, fora do currículo de educação formal. Este programa pode ter lugar antes, durante ou depois da escola, como parte da experiência holística da escola, bem como através de programas de movimentos de jovens, grupos religiosos e serviços de cuidados para crianças e serviços de base comunitária.</p>
<p>Equidade</p>	<p>A aplicação de princípios de equidade e justiça através da identificação e superação de disparidades e barreiras intencionais e não intencionais de acesso ao ensino e à aprendizagem. As principais desigualdades e exclusões estão associadas à xenofobia e ao racismo, bem como às diferenças de riqueza, localização, normas sociais e de género prejudiciais, deficiência, ensino da língua materna, etnia, migração, deslocação e diferenças subnacionais. O impacto do perigo e das perturbações de continuidade educativa também fazem parte deste quadro. Estas questões são geralmente obscurecidas pela falta de dados relevantes (ver também Género, Deficiência e Inclusão Social).</p>
<p>Género, deficiência e inclusão social (GEDSI)</p>	<p>O género, deficiência e inclusão social referem-se a políticas e práticas que proporcionam igualdade de acesso a oportunidades e recursos a pessoas que, de outra forma, poderiam ser excluídas ou marginalizadas. Exige a compreensão da relação entre o modo como as pessoas funcionam e a forma como participam na sociedade.⁵⁰</p> <p>Isto inclui a não-discriminação e medidas positivas para alcançar a equidade, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser sensível ao género — compreender os papéis e as desigualdades de género e incentivar a igualdade de participação e de benefícios. • Impulsionar a promoção do género — criar oportunidades para desafiar as normas de género e abordar as desigualdades de poder. • Fazer adaptações razoáveis às diferenças individuais em termos de capacidades e necessidades funcionais e de comunicação. • Disponibilizar materiais de informação, educação e divulgação nas línguas que as pessoas utilizam para comunicar.
<p>Grupo Local de Educação (GLE)</p>	<p>Trata-se de um fórum de colaboração entre as partes interessadas do sector da educação que desenvolvem, implementam, monitorizam e avaliam os Planos do Sector de Educação a nível nacional e asseguram que todos os envolvidos se mantêm plenamente informados dos progressos e desafios do sector.</p>
<p>Perigos/Ameaças</p>	<p>Todas as ameaças refere-se a todos e quaisquer processos, fenómenos, substâncias, actividades humanas ou condições perigosas dentro e à volta das escolas, que podem ter os seguintes efeitos: perda de vidas, ferimentos, outros impactos na saúde ou danos a pessoas; danos a instituições e ambientes de ensino, perda de investimentos no sector de educação; ou perturbar a continuidade educativa. Incluem-se aqui o perigo rápido, lento, intensivo e extensivo. Incluem os riscos de desastres naturais e climatológicos (por exemplo, geofísicos, meteorológicos e hidrológicos), riscos tecnológicos, riscos biológicos e para a saúde, conflitos e violência, bem como riscos sociais do quotidiano. Qualquer um destes exemplos pode ter causas naturais e antropogénicas.</p> <p>Várias ameaças refere-se a vários perigos enfrentados num determinado país ou local, bem como às ocorrências perigosas que podem ter lugar simultaneamente e em cascata, com potenciais efeitos inter-relacionados.</p>

Prestação de contas	A prestação de contas é uma pedra angular dos direitos humanos e da boa governação. Refere-se à transparência, responsabilidade, capacidade de controlo, responsabilidade e capacidade de resposta aos cidadãos e às populações beneficiárias. ⁴⁶
Resiliência	A capacidade por parte das crianças, agregados familiares, comunidades e sistemas de antecipação, prevenção, resistência, adaptação e recuperação de situações de stress e choques que prejudicam o gozo pleno e igualitário dos direitos humanos (ver também: capacidade).
Risco	A potencial perda de vidas, ferimentos e bens destruídos ou danificados que podem ocorrer a um sistema, sociedade ou comunidade num período de tempo específico, determinada em função do perigo, da exposição, da vulnerabilidade e da capacidade. <i>Uma abordagem de planeamento com base no risco</i> começa por analisar o perigo, os choques e as situações de stress; a exposição; as vulnerabilidades; e as capacidades. São utilizadas estratégias para reduzir as vulnerabilidades das populações e dos sistemas a perigo, choques e situações de stress e para desenvolver capacidades de prevenção, preparação e resposta a perigos, choques e situações de stress.
Segurança escolar	A segurança escolar face a todos os tipos de perigo visa proteger a saúde e o bem-estar dos utentes da escola. Inclui a não-exposição e a protecção contra o perigo, a morte, as lesões e os danos. Inclui a localização, o design e a construção de espaço da escola e suas instalações; a gestão de instalações escolares; a formação dos funcionários e alunos no domínio da redução do risco e resiliência e a prestação de apoio psicossocial.
Sistema de aviso prévio (SAP)	Refere-se a sistemas, ferramentas e procedimentos para monitorizar, processar e fornecer informações sobre perigos e riscos de toda a espécie, com o objectivo de permitir que indivíduos, escolas, comunidades e governos tomem medidas antecipadas.
Situação de stress	Semelhante a um choque, a situação de stress constitui uma tendência a longo prazo que mina o potencial de um determinado sistema e aumenta a vulnerabilidade dos seus intervenientes.
Vulnerabilidade	As características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou activo que o tornam susceptível aos efeitos nocivos de um perigo, choque ou situação de stress.

8. Acrónimos

AAC	Adaptação às Mudanças Climáticas
ASE	Aprendizagem Socioemocional
ASH	Água, Saneamento e Higiene
CSE	Educação Sensível às Questões de Conflito
CSSF	Quadro Integral de Segurança Escolar
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EeE	Educação em Situações de Emergência
GADRRRES	A Aliança Global para Redução do Risco de Desastres e Resiliência na Educação
GESDI	Género, Deficiência e Inclusão Social
GLE	Grupo Local de Educação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OI	Organização Intergovernamental
OING	Organização não Governamental Internacional
ONG	Organização não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
POP	Procedimento Operacional Padrão
PTA	Associação de Professores e Encarregados de Educação
RRD	Redução do Risco de Desastres
SAP	Sistema de Aviso Prévio
SFDRR	Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres
SHN	Nutrição e Saúde Escolar
SIGED	Sistema Informático de Gestão Educacional
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
VBG	Violência Baseada no Género
WISS	Iniciativa Mundial para Escolas Seguras

9. Notas finais

1. Os países signatários da Iniciativa Mundial para Escolas Seguras (WISS) incluem: 28 países das Américas (incluindo 16 países dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) das Caraíbas), 16 países da Ásia-Pacífico (incluindo 4 países dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) do Pacífico), 5 países de África, 5 países da Europa e 4 países do Médio Oriente.
2. Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) (2020). [Orientações para as palavras em acção: Envolvimento de crianças e jovens na redução do risco de desastres e no reforço da resiliência.](#)
3. Organização das Nações Unidas (ONU) (1989). [Convenção sobre os Direitos da Criança.](#)
4. Organização das Nações Unidas (ONU) (2015). [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.](#)
5. Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) (2015). [Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030.](#) Ver também [Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres para Crianças.](#)
6. Organização das Nações Unidas (ONU) (2015). [Convenção-Quadro para Mudanças Climáticas \(UNFCCC\). O Acordo de Paris.](#)
7. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2021). [Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2030.](#)
8. Organização Mundial de Saúde (OMS) (2016). [INSPIRE — sete estratégias para acabar com a violência contra as crianças.](#)
9. Coligação Global para Proteger a Educação contra Ataques (GCPEA) (2015). [Declaração de Escolas Seguras.](#)
10. Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (2010). [Requisitos Mínimos para a Educação.](#)
11. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2020). [Compromissos Fundamentais para as Crianças na Acção Humanitária.](#)
12. Cluster de Protecção Global para Protecção da Criança (2019). [Requisitos Mínimos para a Protecção das Crianças na Acção de Ajuda Humanitária.](#)
13. Organização Mundial de Saúde (OMS) (2019). [Quadro de Gestão do Risco de Desastres e Emergências Sanitárias.](#)
14. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2022). [Revisão da Recomendação de 1974 sobre a educação para a compreensão internacional, a cooperação e a paz.](#)
15. 0-18 anos de idade (bem como todos os jovens mais velhos que ainda frequentam a escola).
16. Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI) (2017). [Autorecuperação de desastres: Uma perspectiva interdisciplinar.](#) Documento de trabalho 523.
17. Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) (2016). [Cimeira Mundial Humanitária — Agenda para a Humanidade, Cimeira Mundial Humanitária 2016 e UNESCO, UNICEF EAPRO et. al. \(2015\). Educação e Resiliência: Nove vias prioritárias para tornar as escolas mais seguras e as sociedades mais coesas.](#)
18. GADRRRES (2013 até ao presente). [Modelo e Colecção de Análise do Contexto da Segurança Escolar.](#)
19. “Estrutural” refere-se aos elementos de um edifício que fazem parte do sistema principal de resistência a cargas (por exemplo, fundações, pilares, paredes-mestras). O termo “não estrutural” refere-se aos outros elementos do edifício que não fazem parte do sistema principal de resistência a cargas e que podem ser componentes arquitectónicas, mecânicas e eléctricas ou outras componentes do edifício (por exemplo, janelas e portas, parapeitos e ornamentação, chaminés, escadas, dispositivos de iluminação, equipamento AVAC, canalizações, reservatórios de água, estantes, etc.).
20. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2012). [Para uma cultura de aprendizagem da segurança e da resiliência: orientação técnica para a integração da redução do risco de desastres no currículo escolar.](#)
21. Por exemplo: “58% das mortes causadas por desastres relacionados com riscos de desastres naturais ocorrem nos 30 estados mais frágeis, e, muitas vezes, o número de pessoas afectadas não é comunicado ou é subcomunicado.” ODI (2018). [Quando os desastres e os conflitos colidem: descubra a verdade.](#)
22. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2016). [Quase um quarto das crianças do mundo vive em países afectados por conflitos ou desastres.](#)
23. CRED (2020). [O Custo Humano dos Desastres Naturais: Uma Perspectiva Global.](#)
24. Banco Mundial (2021). [População com idades entre 0-14 anos \(% da população total\) | Dados.](#)
25. Save the Children (2019). [Impactos Intensivos dos Desastres nas Escolas no Século XXI. Relatório interno.](#)
26. Coligação Global para a Protecção da Educação contra os Ataques (2019). [“É muito doloroso falar sobre” o impacto dos ataques à educação das mulheres e raparigas.](#)
27. Coligação Global para a Protecção da Educação contra os Ataques (2020). [Educação sob ataques 2020.](#)
28. Save the Children (2007). [Legado de desastres. O impacto das mudanças climáticas nas crianças.](#) Esta estimativa baseia-se em dados do Relatório sobre Desastres Mundiais de 2006 da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.
29. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2019). [Dados e análises, todas as crianças aprendem: Estratégia de Educação da UNICEF 2019-2030.](#)
30. Banco Mundial (2019). [Pobreza na Aprendizagem.](#)
31. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2021). [Índice de Risco Climático das Crianças.](#)

32. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2021). [A crise climática representa um desafio aos direitos das crianças: Introdução ao Índice de Risco Climático das Crianças](#) e Save the Children (2021). [Nascidas na Crise Climática: Porque é que temos de agir agora para garantir os direitos das crianças](#).
33. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2020). [A COVID-19 e as crianças — centro de dados da UNICEF](#).
34. Organização das Nações Unidas (ONU) (2021). [Indicadores dos ODS](#). Embora tenham sido disponibilizadas soluções de ensino à distância em quatro dos cinco países afectados pelo encerramento das escolas, no início de 2021, no mínimo 500 milhões de crianças e jovens foram excluídos destas opções.
35. UNESCO UIS (2021). [Pobreza na aprendizagem](#). Pobreza na aprendizagem significa não ser capaz de ler nem de compreender um texto simples aos 10 anos de idade.
36. Banco Mundial (2020). [Realizando o Futuro da Aprendizagem: Da pobreza de aprendizagem à aprendizagem para todos, em todo o lado](#).
37. Boukerche, S. e Mohammed-Roberts, R. (2020). [Combate às doenças infecciosas: A ligação às mudanças climáticas](#), Banco Mundial.
38. M. Petal, K. Ronan, G. Ovington, e M. Tofac (2019). [Redução do risco centrada na criança e segurança escolar: Um quadro e roteiro de práticas com base em evidências](#). Revista Internacional de Redução do Risco de Desastres, Vol. 49, Outubro de 2020.
39. Instituto de Recursos Mundiais (2022). [Princípios para a adaptação liderada localmente](#).
40. U. Bronfenbrenner. Teoria dos sistemas ecológicos. Em: Vasta R., ed. *Análise do Desenvolvimento Infantil*: Vol. 6. Londres, Reino Unido: Jessica Kingsley Publishers; 1989:187– 249. e Bronfenbrenner, U. e Morris, P. (2006). [“O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano”](#).
41. J. Twigg (2020). [Segurança Escolar Global: Avaliação do Impacto Colectivo da GADRRRES](#) e J. Kania e M. Kramer (2011). [Impacto colectivo](#). Stanford Social Innovation Review.
42. Fórum Económico Mundial (2021). [Relatório sobre os riscos globais 2021](#).
43. GADRRRES (2014). [Metas e indicadores da Segurança Escolar Abrangente \(CSS\)](#). Consulte o [site da GADRRRES](#).
44. Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) (2016). [Relatório do grupo de trabalho intergovernamental aberto de especialistas sobre indicadores e terminologia relacionados com a redução do risco de desastres e UNDRR](#) (2020). [Revisão da definição e classificação da ameaça](#).
45. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2019). [Programas de Educação Informada sobre o Risco para a Resiliência. Todas as crianças aprendem: Estratégia da UNICEF para a Educação 2019-2030](#).
46. J.G. Koppel (2014). [Organizações de Governança Global Responsáveis](#).
47. Comissão Permanente Inter-Agências (IASC) (2021). [Orientações sobre o Trabalho com e para Jovens em Crises Humanitárias e Prolongadas](#).
48. K. R. Ronan, K. Haynes, B. Towers, E. Alisic, N. Ireland, A. Amri, e M. Petal (2016). [Redução do risco de desastres centrada na criança: Será que os programas de resiliência a desastres podem reduzir o risco e aumentar a resiliência das crianças e dos agregados familiares?](#) *Jornal Australiano de Gestão de Emergências*, 31(3), 49.
49. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2019). [Programas de educação com base no conhecimento do risco para a resiliência](#).
50. Centro Americano de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) (2020). [Inclusão de pessoas com deficiência](#).



Global Alliance for
Disaster Risk Reduction & Resilience
in the Education Sector